

A FAMÍLIA COMO UNIDADE DE APOIO E PROTEÇÃO NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA, NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VÁRZEA GRANDE (JECRIM).

Bruna Fagundes, Cristiane Amaral, Miralva C. da Silva, Rozilene da C. S. Jesus e Vanessa G. da Silva¹.

¹Estudantes do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG.

Email: bruna.fg1@hotmail.com rozi-csousa@hotmail.com

Professora Orientadora: Elba Espindola² – Email: elbaespindola52@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo propiciar uma reflexão sobre a importância da família no acompanhamento durante o tratamento da dependência química. Traz como subsídio à relação dos cuidados no sentido de promover o apoio familiar, enquanto sendo essenciais no processo do tratamento. Destaca o trabalho do Serviço Social no campo sócio jurídico, que tem por objetivo informar as famílias quanto ao novo paradigma implementado pela Lei Antidrogas 11.343/2006, que apresenta uma abordagem inovadora ao usuário com a perspectiva de ofertar tratamento de saúde, substituindo as penas privativas de liberdade por medidas socioeducativas, com vistas à reinserção social.

Palavras – Chaves: Família; Dependência química; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma reflexão dialética que propõe despertar a criticidade dentro do espaço ocupacional, mediante as demandas postas, com vistas a reconhecer e identificar os desafios e a problemática levantada no âmbito do fazer profissional no Juizado Especial Criminal de Várzea Grande, JECRIM instituição Jurisdicional do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, com competência para julgar as contraversões penais e crimes de menor potencial ofensivo, no contexto social.

A produção deste trabalho partiu das experiências do processo de estágio supervisionado, com base nas três dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, formando um todo articulado e indissociável, que se fundamenta na teoria dialética Marxista, tendo por objetivo, conhecer, analisar e despertar criticidade ao longo da formação profissional.

A vivência no campo de estágio proporcionou uma rica experiência em relação à problemática do uso abusivo de álcool e outras drogas enfatizando a importância da família presente nesta conjuntura.

Nesse contexto no JECRIM, identificamos fragilidades e rupturas advindas do contexto familiar no enfrentamento da dependência química. Essa problemática despertou para importância de acolher e orientar as famílias no intuito de fortalecer tais vínculos, já fragilizados.

Para melhor apreensão dessa realidade o presente estudo está subdividido do seguinte modo. No primeiro, ressalta a importância da família como unidade de apoio e proteção social. O segundo aborda as causas e os desafios que permeiam no âmbito familiar em relação à drogadição: neste tópico procuramos trazer questionamentos sobre o que levam os sujeitos a se envolverem com substâncias químicas e tornando-se dependentes e visualizando como a família enfrenta esta situação. O terceiro tópico aborda a Política Nacional de Assistência Social, onde procurou-se trazer de forma clara os direitos sociais, e as Leis que amparam todos os membros da família, por fim enfatizamos a atuação do Assistente Social no Juizado Especial Criminal de Várzea Grande – JECRIM.

Concluímos este artigo com uma análise e reflexão das questões visualizada no processo de estudo e pesquisa assimilando na experiência no período de estágio, que foi essencial para o reconhecimento da demanda posta, direcionando e fomentando ações com intuito de mobilizar e sensibilizar a participação da família no acompanhamento dos sujeitos envolvidos com dependência química.

1. METODOLOGIA

Durante o período de estágio foi feita uma pesquisa de cunho qualitativa e exploratória com objetivo de identificar fatores determinantes para o enfrentamento das questões relacionadas à drogadição, suas causas e desafios, compreendendo que fica evidente o envolvimento da família nesse contexto.

Entendemos a metodologia da pesquisa qualitativa como um processo que expressa o caminho do pensamento e de realização da pesquisa. Assim, concordamos com Minayo quando afirma que o objeto de estudo das ciências sociais é histórico, possui consciência histórica, e requer articular elementos culturais, econômicas, históricos e sociais. (MINAYO, 2007, p.14). Na busca de respostas foi realizado um levantamento a partir de trezentos e vinte e três processos do JECRIM de Várzea Grande, com dados de pessoas que estão respondendo a processo na justiça, devido ao uso e porte de entorpecentes.

As informações pertinentes ao estudo foram coletadas dos questionários socioeconômicos disponibilizados pela instituição. As informações analisadas com maior detalhe foram as que estão relacionadas à família, como as relativas à convivência familiar,

os que indicam com quem os usuários residem e sobre a participação da família no Grupo de Apoio.

2. FAMÍLIA COMO UNIDADE DE APOIO E PROTEÇÃO

A família sempre esteve inserida na área de atuação do Serviço Social, e na maioria dos serviços; ela vem sendo contemplada de maneira fragmentada, ou seja, cada integrante da unidade familiar é visto de forma individualizada, descontextualizada e portador de um problema. Em vista disso, um dos desafios da profissão é a busca de metodologias para trabalhar a família como um grupo com necessidades próprias e únicas. (IAMAMOTO, 2007).

Podemos enfatizar que a família brasileira enfrenta muitos desafios no cuidado, proteção e desenvolvimento de seus membros, tornando-se espaço privado de relações complexas, podendo ser um ambiente de felicidade ou não. Sobre isto, Miotto, 1997 assim se manifesta:

Nesse processo de construção, a família pode se constituir no decorrer de sua vida, ou em alguns momentos dela, tanto no espaço de felicidade como no espaço de infelicidade. Tanto no espaço de desenvolvimento para si e para seus membros, como no espaço de limitações e sofrimento. (MIOTTO, 1997, p.117)

Diante das refrações da questão social, a diversidade de arranjos familiares apresenta-se como demandas ao Serviço Social, isso ocorre quando há algum conflito ou problema na sua função social, e não conseguem cumprir de fato o seu papel de cuidado, proteção e manutenção de seus membros.

A abordagem realizada pelos profissionais junto às famílias deve levar em conta a vida familiar no contexto social brasileiro, considerando as mudanças na forma de perceber, compreender e intervir para além do indivíduo-problema. Desta forma, pressupõe o deslocamento do eixo de atenção/intervenção ao indivíduo para a família e seu contexto social, que vai exigir transformações na condução dos processos de atenção a família. (MIOTTO, 1997, p.123).

Ao longo dos anos as famílias foram incorporando aspectos atuais das sociedades que influenciam e modelam as características sociais. De acordo com Ariès (1981) a partir do século X a família não desfrutava suas expressões até mesmo em relação ao patrimônio, devido à consequência das modificações do Estado e influência da igreja.

Neste período, a situação da mulher é também alvo de mudança, caracterizadas pela perda gradativa dos seus poderes, o que culmina, no século XVI, com a formalização da incapacidade jurídica da mulher casada e a soberania do marido na família. Assim a mulher perde o direito de substituir o marido em situações nas quais ele se ausenta ou é considerado louco e qualquer ato seu tem efeito legal apenas se autorizado pelo marido. (GUEIROS, 2002, pg.106)

Iniciam as primeiras mudanças nas famílias medievais, período que a mulher casada vive através da soberania do marido, priorizando a desigualdade entre as partes. Neste sentido evidenciam-se a soberania masculina e a baixa autonomia da mulher o que repercute em explorações e alienações em favor do capitalismo, resultando nas refrações da questão social.

Ainda no século XVII priorizava-se a educação aos nobres e era exclusiva para o sexo masculino, somente no final do século XVIII inicia a escolaridade entre as meninas, neste momento da história a instituição familiar passa por transformações, começa a surgir sentimentos e cuidados especiais com a criança, passando a ter mais autonomia e privacidade,

Processa-se a separação entre família e sociedade (entre público e privado), enfatizando-se a intimidade familiar, que tem suas marcas inclusive na arquitetura da casa, que passa a ter cômodos com separações para assegurar a privacidade dos indivíduos na própria família. (GUEIROS, 2002, pg.106)

Ainda no século XIX a família moderna, passa por sucessivas transformações alterando os padrões familiares, surgindo novas configurações, que se impõe como instituição social dominante, e passa a ser espelho a toda uma sociedade.

Neste período acontece também o movimento feminista provocando novas mudanças no comportamento, surgindo questionamentos e inquietação na sociedade, nomeando novas configurações nas relações conjugais, promovendo o casamento à opção de escolha do parceiro com princípio no amor romântico, onde o homem e mulher exercem novas funções no âmbito doméstico, incidindo na sociedade, persistindo até o século XX.

Atualmente a família passa a ter um papel importante de referência aos seus integrantes, esta é construída e reconstruída através das inter-relações vividas no dia-a-dia, sendo compostas de pessoas unidas por laços afetivos, consanguíneos ou de solidariedade, que divide e impõe direito e deveres como também transmite valores culturais, morais e religiosos, valores estes que interfere na boa convivência familiar.

A partir da constituição federal de 1988, reconhecida como a “constituição cidadã” modifica-se os direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal, alterando-se a dinâmica familiar e ampliando a autonomia da mulher, desencadeando um

processo contínuo de mudanças, num movimento dialético, histórico e social na instituição família.

É fundamental salientarmos que sua importância não é somente no âmbito da reprodução, mas como mediadora de uma sociedade e passam a atingir todas as camadas sociais, conforme ratifica o Artigo 5º da Constituição Federal, *In Verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 2008).

Não podemos deixar de enfatizar, que esta entidade é o principal meio de apoio ao indivíduo e através dela se destacam as diferenças e reprodução da desigualdade, que enfrentam diante da ótica neoliberal do sistema capitalista, visto que ela é responsável por promover as relações sociais e reprodução da força de trabalho na sociedade, assim constitui-se em uma,

(...)Unidade de reprodução social – incluindo a reprodução biológica, a produção de valores de uso e consumo, inserida em determinado ponto da estrutura social, definido a partir da inserção de seus provedores na reprodução, (BRUSCIHINNI; 2000).

Além disso, define-se como um ambiente privilegiado de preservação da vida, é nesse espaço que se aprende a desenvolver os sentimentos como amor, ódio, inveja e gratidão, que se tornam fatores integrantes e fundamentais no processo de humanização, o que independe da configuração familiar. Conforme afirma Mito (1989), Até o momento ainda não descobriram outra forma mais eficiente de ensinar gente a ser gente.

Considerando que todos os sujeitos estão inseridos num meio que sofre mudanças contínuas, impõe um padrão social, estrutura econômica, nível de conhecimento, localização demográfica, desigualdade social e econômica, Não podemos afirmar que somente a família seja a principal responsável pelo bem estar de seus membros, sendo dever também do Estado e da sociedade. Neste sentido, Iamamoto enfatiza que:

A família contemporânea brasileira neste contexto é permeada por inúmeros desafios, e várias mazelas fazem parte do seu cotidiano, tais como a violência, o desemprego, a pobreza, as drogas e outras complicações. Percebeu-se então que em diversas áreas, a intervenção de profissionais junto à família é permeada por inúmeros desafios. Tratar dessa temática é incursionar por questões complexas e por realidades reconhecidamente em transformações. (IAMAMOTO, 2007).

Para tanto há a necessidade de fortalecimentos de vínculos, quando todos os aspectos favorecem para uma violação dos direitos dessa família. É de suma importância que esta tenha base e uma estrutura que possa auxiliar e buscar ajuda necessário e qualificada caso haja necessidade ou fragilidade por conta de um de seus membros, para assim manter-se unida e fortalecida.

2.1 Causas e desafios: frente ao cotidiano da dependência química.

Diante dos percalços que as famílias enfrentam diariamente, em especial as mais empobrecidas, e que sofrem com a refração social e estigmatização por conta da pobreza, vivenciam a quebra do vínculo familiar e desarmonia social, a forma como é ministrada a política econômica do Estado assegurando condições mínimas e a regressão dos direitos outrora conquistados, o que reflete diretamente na qualidade de vida uma vez que,

A situação de baixa renda soma-se, perversamente a necessidades básicas insatisfeitas: condições precárias de saúde e nutrição, situação de baixa escolarização, moradias inadequadas precárias e ilegais localizadas em lugares insalubres estigmatizados, (CORDEIRO, 2008, pg.67).

Compreende-se que o sistema capitalista influencia na distribuição desigual de renda sendo um dos fatores que dificulta o acesso às condições mínimas de vida, causando demandas muito mais complexas e em níveis de violação de direitos, muito mais elevados. Abrangem um leque de possibilidades que dizem respeito ao acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte, etc.) as que mensuram protesto processo de natureza psicossocial (participação, autoestima autonomia, capacidade, etc.) (CORDEIRO, 2008, pg.70).

Contudo a ótica neoliberal fragmenta as políticas públicas e limita o investimento nos serviços, isto resulta em espaços e instituições em estado de precarização, e remetem na falta de subsídios, para o atendimento das demandas que se apresenta como refrações da questão social, como desemprego estrutural, baixa escolaridade, conflitos familiares, doenças e aumento de pessoas com problemas de vícios a substâncias ilícitas.

Tais refrações evidenciam as desigualdades sociais, fruto da exploração da força de trabalho, sem a proteção social omitida pelo capitalismo, nesse sentido ocasiona-se fragmentação dos movimentos sociais e a luta de classes. Neste quesito,

O trabalhador que dispõe da força de trabalho também é uma força social e política que precisa se fortalecer para realizar-se. Este fortalecimento implica estabelecer ações de conjuntos, estratégicos e táticos entre pessoas-sujeitos e organizações para que se produzam efeitos de exigência de direito, ruptura de laços de opressão e dominação no cotidiano,

desenvolvimento da esfera da compreensão e da identidade pessoal no seu relacionamento, (FALEIROS, 2007, p.137).

A importância dos sujeitos na compreensão de seus direitos e deveres enquanto cidadão civil remete a leitura de realidade do que é direito e o que está posto, pelo o sistema vigente, fica mais fácil unir-se em busca de lutar por um bem comum.

Tais conquistas de direitos só podem ser realmente efetivados, à partir do momento em que a sociedade passa a possuir consciência dos direitos e de seus deveres, resultando na mobilização e engajamento político, para materializar a cidadania social.

2.2 Sistema de Proteção Social

A existência de um modelo econômico capitalista, desigual provocou consequências profundas na sociedade civil, modificando assim as condições de vida dos indivíduos e interferindo nas relações sociais. Com isso, surge a necessidade de desenvolver estratégias e respostas para a demanda, sendo dever do Estado criar políticas públicas e planos de ação, com o intuito de proteger e fortalecer os laços familiares, prevenindo sua ruptura.

Os serviços e as competências nas três esferas do governo são organizados e distribuídos pelo porte do município e o número de habitantes, portanto quanto maior o município maior será a demanda e a procura pelos serviços.

As políticas públicas são resultados de um movimento participativo da sociedade civil organizada, na luta para exercer sua cidadania e buscar efetivar os direitos já garantidos pela Constituição brasileira. São organizadas por grau de complexidade, sendo a atenção básica, destinado à prevenção, orientação do convívio familiar. De acordo com a PNAS, 2004:

A Proteção Social prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Os benefícios integram a proteção social básica devem ser articulados aos demais programas e serviços ofertados pelas três esferas do governo dentro do SUAS, (PNAS, 2004).

Os serviços disponíveis na atenção básica de assistência social são de caráter preventivo e protetivo, destinado a toda sociedade, que possa enfrentar fragilidade nos laços familiares. Dentre os serviços oferecidos estão: Programas de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza, centro de convivência para idosos, serviços para crianças de 0 a 6 anos com o objetivo de preservar o vínculo familiar, serviços sócios educativos para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, programas de incentivo ao protagonismo juvenil e o

programa de atenção Integral a famílias-PAIF. Todos esses serviços estão disponíveis no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS sendo este:

Uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimentos de vínculos familiares, comunitários e da ampliação de acesso aos direitos de cidadania, (PNAS, 2004).

Dentre os serviços que são realizados nos CRAS, o principal atendimento especializado a família é o PAIF, que tem como objetivo oferecer orientações direcionadas na prevenção e no fortalecimento de vínculos, de caráter continuado, protetivo e proativo que prevê as potencialidades e aquisições das famílias no meio social. Os serviços de média complexidade são destinados às famílias em situações de violação de direitos, porém os vínculos familiares não foi rompido, mas que estão extremamente fragilizados e abalados, necessitando assim de um atendimento especializado.

A proteção especial de média complexidade envolve também o centro de referência especializado da assistência social, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Diferem-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido as situações de violação de direitos. (PNAS, 2004)

É no CREAS que são oferecidos os serviços de média complexidade, destaca-se o programa PAEFI, cujo intuito é a reconstrução dos laços e vínculos familiares que já se encontram abalados e fragilizados. Há outros serviços de média complexidade oferecidos como: serviços de orientação, apoio sócio familiar, abordagem social, plantão social, serviço especializado para pessoas em situação de rua, serviço de habitação e reabilitação para pessoas com deficiência, serviço de Proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas e de Liberdade Assistida (LA).

Também no CREAS estão disponíveis os serviços de proteção social especial de alta complexidade que tem como público-alvo indivíduos cujos direitos já se encontram violados e os vínculos familiares rompidos, estando vulnerável a situações de ameaça no meio que está inserido, necessitando de uma proteção integral no sentido de retirar o indivíduo de seu núcleo familiar ou comunitário. Quando há a necessidade de retirada do meio ao qual o indivíduo se encontra inserido, há várias instituições que recebem esta pessoa, Como: casa lar, casa de passagem, albergue, família substituta, família acolhedora.

Na alta complexidade estão disponíveis também os serviços de medidas socioeducativas restritivas e privadas de liberdade, serviço de proteção em situação de

calamidade pública e de emergência e residência inclusiva para pessoas portadoras de necessidades especiais. Os serviços oferecidos pelo CREAS, à proteção dos laços e vínculos familiares, a Política Nacional Drogas, traz uma abordagem inovadora quando aponta diferenças entre o usuário de substâncias psicoativas e os traficantes, inclusive no quesito de aplicação de penalidade. Neste sentido, os beneficiários do projeto recebem penas alternativas, que não o afasta do convívio social e familiar, facilitando assim a sua reinserção.

3. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE VARZEA GRANDE.

No Brasil o processo de institucionalização do Serviço Social, emerge na década de 1930, com a criação da primeira escola na cidade de São Paulo em 1936, nasce atrelado à igreja católica em aliança com o Estado, através de um aparato institucional em resposta as reivindicações da classe operária, como mecanismo de controle social do Estado, frente ao início do processo de industrialização e as mazelas inerentes ao capitalismo.

Diante dessa problemática a origem do Serviço Social enquanto profissão “tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes - alienações, contradição, antagonismo, pois foi nesse caudal, que ele foi engendrado e desenvolvido” (SILVA apud MARTINELLI, 2008, p.97).

Assistente Social no Juizado Especial de Várzea Grande atende diversas demandas da questão social, mas o seu público alvo expressivo está relacionado ao uso abusivo de álcool e outras drogas ilícitas, encaminhados via processo judicial.

O trabalho da equipe do JECRIM é mobilizar esforços coletivos entre a instituição, a família e articular junto à rede de Proteção Integral com intuito de proporcionar a reinserção do indivíduo na sociedade e dessa forma, fomentar a participação da família em todo esse processo.

O objetivo da instituição é oferecer aos beneficiários e sua família orientações sobre os desafios enfrentados no seu cotidiano frente à problemática e aos danos causados pela a dependência química. É de grande relevância o apoio e acompanhamento familiar neste processo de tratamento, tendo em vista o reconhecimento deste como suporte essencial para o enfrentamento da drogadição.

Observa-se um grande índice de adictos que são encaminhados via processo judicial, para acompanhamento no JECRIM, que na maioria estão sozinhos, sem a presença da família. Para tanto faz se necessário à integração da mesma com o juizado e a sua participação no grupo de apoio.

Através dos instrumentos técnico-operativos, como a visita domiciliar, a entrevista social, observação sensível e a escuta qualitativa, o acompanhamento entre outros, os usuários são encaminhados na perspectiva de viabilizar acesso aos direitos, principalmente a tratamento de saúde, tendo por objetivo a reinserção social.

É imprescindível ao assistente social no sociojurídico a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para realizar leitura mais próxima da realidade, na perspectiva de um atendimento voltado a emancipação humana, direitos universais e na defesa intransigente da classe trabalhadora.

O posicionamento técnico tem a potência de influir na tomada de decisão, nesse contexto “nosso papel não é o de ‘decidir’, mas o de criar conhecimentos desalienantes sobre a realidade, a ser analisada para se deliberar sobre a vida das pessoas” com as quais estabelecemos compromissos éticos e políticos (BORGIANNI, 2004, p. 64).

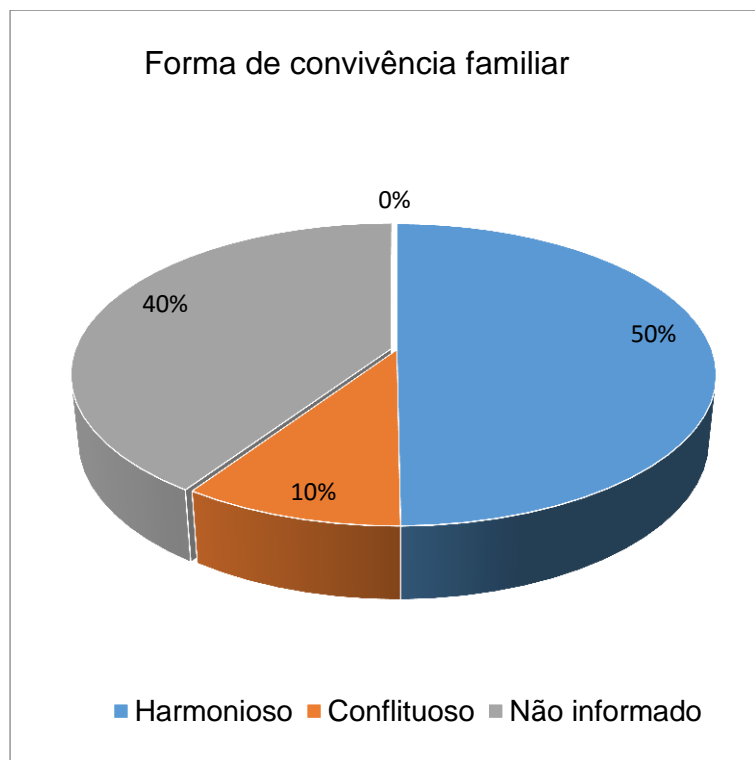
A atuação dos assistentes sociais com os usuários de álcool e drogas junto às famílias visa uma abordagem direcionada a viabilizar acesso às políticas sociais, políticas de saúde, garantias de direitos, entre outros.

Através de informações e orientações aos usuários, quanto ao seus direitos para que estes possam conscientizar que são portadores de direitos, os profissionais precisam atentar para o estudo continuado buscando qualificar-se afim de promover uma abordagem com base democrática, com equidade, justiça social e ética conforme preconiza a Constituição de 1988.

4 RESULTADOS E DISCUÇÕES

Para melhor compreensão e direcionamento das ações foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, no período de Junho de 2015 a Julho de 2016, onde foram analisados 323 processos, no sentido de conhecer o perfil dos usuários, para desenvolver possíveis intervenções. Dentre os dados coletados destaca-se aqui, aspectos relacionados à família, sendo eles: Convivência familiar, com quem reside e participação no grupo de apoio.

Diante desta perspectiva observam-se no gráfico 01, os indicadores relatados pelos entrevistados no momento da anamnese, sobre:

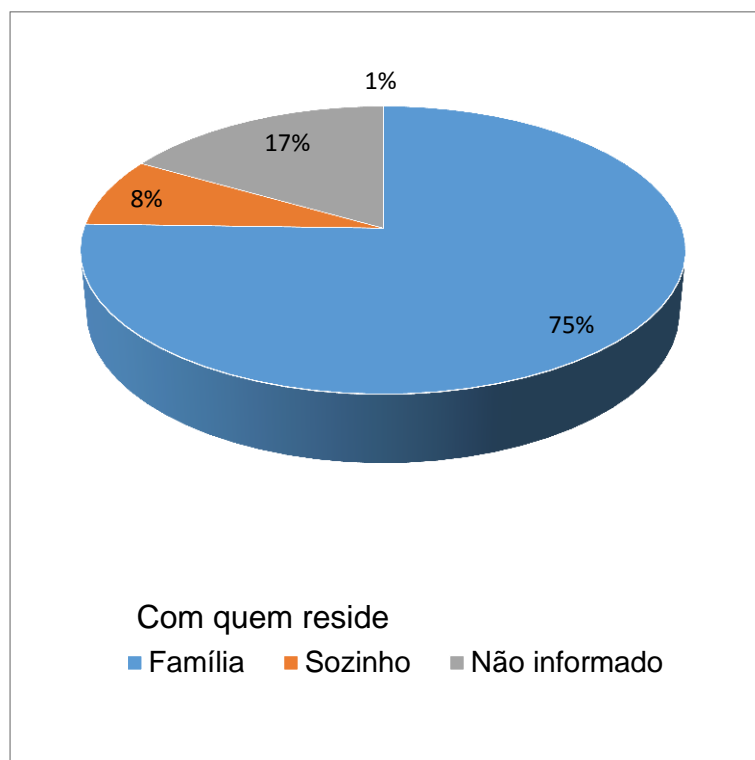


Fonte própria do estágio, dados coletados no JECRIM.
Gráfico 01 – Forma de relação dos usuários com a família.

Os dados demonstrados no gráfico 01 apresentam a forma de relação dos usuários com a família. Segundo declaração dos entrevistados, exatamente a metade, ou seja, 50% mantêm convivência familiar harmoniosa e apenas 10% afirmam viver relação conflituosa com a família. No entanto, esses dados conflitam com outra situação observada no cotidiano institucional, que é a ausência da família nas atividades desenvolvidas dentro do grupo de apoio, exclusivo para as famílias com dependentes químicos.

Outro fator que merece uma atenção mais detalhada neste estudo é o fato de que 40% dos beneficiários não informaram sobre o tipo de relação familiar vivida, por diversos fatores, sendo que prevalece a opção de não envolver a família com a justiça. Existem também casos em as pessoas com grau de parentesco mais próximo optam por não querer saber deste indivíduo problema, cabendo ao profissional respeitar a autonomia e livre arbitrio tanto da família como do adicto.

Tais desafios contrastam com os dados apresentados no Gráfico 02, que demonstram que 75% dos usuários afirmam residir com a família, 17% não informaram e 8% declararam residir sozinhos. Observa-se nas ilustrações que a grande maioria dos usuários relacionados ao uso de drogas lícita e ilícitas atendidas pelo JECRIM Várzea Grande estão inseridas no meio familiar. Este dado contradiz as informações apontadas acima, pois embora as informações prestadas revelem um quadro de convivência familiar harmoniosa e maior número de usuários residindo com a família, às mesmas não participam deste processo de tratamento.



Fonte própria do estágio, dados coletados no JECRIM.

Gráfico 02 – Inserção dos beneficiários no meio familiar.

Compreende-se a importância da família nesse processo de apoio e reinserção social do indivíduo, porém é importante relatar que a família também precisa de estruturação e subsídios no sentido de se fortalecer para enfrentar essa temática dentro do seio familiar.

O Juizado Especial de Várzea Grande dispõe de um grupo de apoio às famílias que enfrentam a problemática de álcool e outras drogas ilícitas, tendo por objetivo promover o fortalecimento de vínculos familiares, e oferecer suporte para lidar com os conflitos familiares.

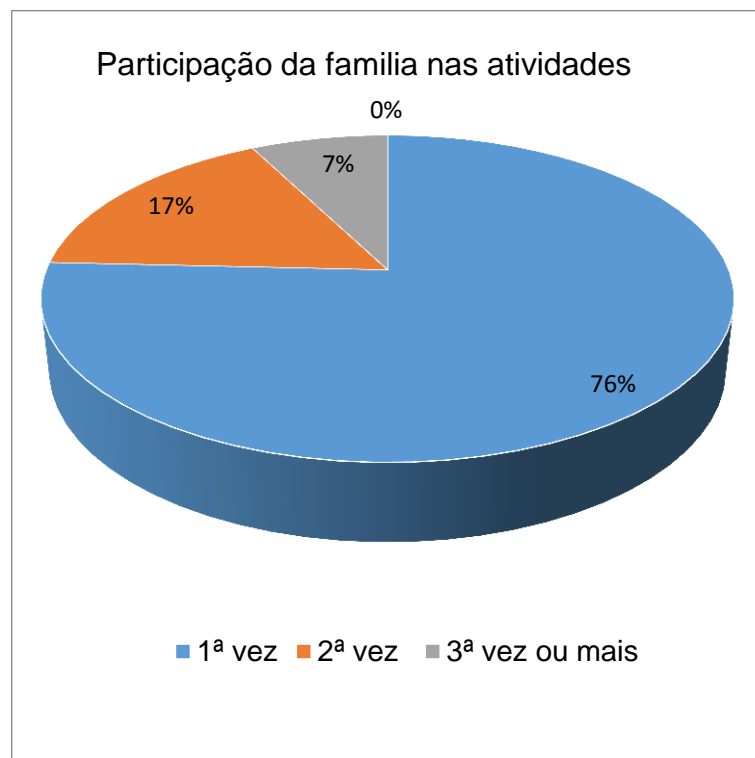
Em relação a essa questão Miotto (2002) afirma que:

Sob essa ótica, a ilusão da família como participante do processo de “tratamento” e “recuperação de seu membro-problema se desvanece”. Aliás, à medida que a ação profissional se volta para o problema individual, a tendência é exigir das famílias determinadas mudanças. Dado o comprometimento da estrutura familiar, o grupo não tem condições de efetuar as mudanças. Além disso, tais exigências podem sobrecarregar ainda mais a dinâmica familiar. (MIOTTO, 2002).

Nessa compreensão, ressalta-se a importância de realizar uma abordagem pautada na perspectiva de totalidade a todos os membros da “família”, uma vez que, a participação da mesma é primordial na mudança de comportamento, direcionando para uma melhor convivência familiar e social.

Através de depoimentos das mães no grupo de apoio, no momento de socializar as experiências, foram notórias as dificuldades da família de lidar com as questões e conflitos que envolvem esta problemática, sendo visível as angústias, fragilização e o sentimento de impotência decorrentes do sofrimento que vivenciavam em virtude da dependência química dos seus familiares. Tivemos relatos de mães que através do grupo de apoio conseguiu se fortalecer e ajudar seu filho diante da dependência química.

O gráfico 03 abaixo mostra em termos percentuais, a evolução da participação da família no grupo de apoio ao longo do processo.



Fonte própria do estágio, dados coletados no JECRIM.

Gráfico 03– Frequência das famílias nas atividades do grupo de apoio do JECRIM.

Os dados levantados apontam que 76% das famílias participam pela primeira vez das reuniões do grupo de apoio. Desse percentual, apenas 17% retorna pela segunda vez, e essa porcentagem reduz ainda mais na terceira frequência, onde o gráfico aponta a participação de apenas 7% de retorno daquelas que iniciaram.

Diante das observações foram notórios alguns fatores que favorecem a não participação das famílias no grupo de apoio: Tais como falta de recurso para locomoção, falta do interesse em participar, disponibilidade de horário, e solicitação do próprio adicto de não envolver seus familiares por se tratar de um órgão jurídico.

A partir da nossa observação sensível e escuta qualificada percebemos que a maioria das famílias se encontra em vulnerabilidade social, que dificulta o acesso à informação e conhecimento quanto ao reconhecimento da drogadição como doença bem como da importância da mesma em participar.

A sociedade contemporânea é permeada por inúmeros desafios, conforme afirma Iamamoto (2007), e é nesse contexto que se insere o assistente social, um profissional capaz de compreender consequências das refrações trazidas pela população. O Serviço Social no âmbito do Juizado requer leitura e análise crítica da realidade social, com vistas a propor uma intervenção qualificada, viabilizando o acesso aos direitos sociais, na perspectiva de promover a reinserção social dos usuários.

Neste viés, realiza-se o acolhimento, encaminhamento dos beneficiários pautado na Lei 11.343/2006, fazendo uma abordagem inovadora, aplicando penas alternativas, em substituição as penas privativas de liberdade, tais como:

I – Advertência sobre os efeitos das drogas

II – Prestação de serviços à comunidade, preferencialmente em locais públicos ou privados que se ocupem da prevenção do uso ou da recuperação de usuários dependentes de drogas; e

III- Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Dessa forma visualiza-se o dependente químico, como sujeito de direito, que necessita de tratamento de saúde, ofertando ações que promova redução de danos, fortalecimento de vínculo, acesso a cursos profissionalizante, entre outros benefícios que se estendem a toda à família.

As drogas sejam elas lícitas ou ilícitas estão presentes na sociedade e tem tido atenção de muitas famílias, seja pela preocupação com aqueles que não usam ou pararam de usar, ou com os que fazem uso. A família tem um importante papel social e pode contribuir na prevenção do uso, na busca de ajuda e no apoio ao tratamento de quem está tendo problemas com o consumo. Refletir sobre o uso de drogas no contexto social tendo como foco o núcleo familiar, é importante para se buscar melhores formas para lidar com esta questão.

Quanto ao modelo de atenção à família materializado no Juizado, destaca-se uma intervenção profissional, para além dos objetivos institucionais, de efetivar as normas legais, ou seja, de solucionar os problemas do usuário. Vislumbra-se no cotidiano do fazer profissional, um olhar centrado na família, como entidade mediadora das relações sociais, imprescindível para reestruturar a dinâmica familiar e superar os desafios impostos pela estrutura política, econômica e social vigente, na conjuntura atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a família precisa empoderar-se através do fortalecimento de vínculos, pois considera necessário para construção de uma sociedade humana emancipatória dos atores sociais. Isso mostra que quem participa mais, tende a ter um grau de aproximação da situação pois a participação permite um olhar crítico da realidade, um espaço onde se possa pronunciar-se a respeito de questões sociais como, por exemplo, o uso de drogas. É possível afirmar, nesse sentido, que o empoderamento seria a primeira condição para que a pessoa se aproprie da importância do viver em sociedade.

Compreende-se a importância da família frente aos desafios impostos pelo sistema capitalista, que a deixa vulnerável e postas às expressões da questão social, num cenário de profunda desigualdade social, exclusão, preconceitos e outras mazelas decorrentes do processo de globalização.

Reconhecemos como efetiva a atuação profissional do serviço social no sociojurídico no sentido de implementar as ações, mobilizar e fomentar a participação dos familiares neste processo, porém não alcançamos resultados satisfatório quanto à participação expressiva da família no grupo de apoio, devido a vários fatores tais como: falta de recursos dos familiares para o deslocamento, disponibilidade de horário, a opção do beneficiário de não querer envolver a família e também uma pequena porcentagem da família em não querer se comprometer.

Considerando a elaboração deste trabalho um momento relevante para as acadêmicas do curso de Serviço Social, pois possibilitou refletir sobre a prática do fazer profissional, mediante os desafios da atuação frente às demandas postas, com o intuito de compreender essa dinâmica processual, constituído como um todo articulado e indissociável pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Deste modo, compreendemos a vivência e experiência gestada no campo de estágio, essencial para consolidar os conhecimentos mediados entre a teoria e a prática na formação profissional, através de aproximações sucessivas com determinados recortes da questão social, com vistas, a analisar, confrontar e refutar teorias, bem como, descortinar a essência, daquilo que está na aparência dos fenômenos sociais, inseridos num determinado contexto social.

Recomendamos a sequência deste trabalho no sentido de acompanhar mais de perto essas famílias, discutindo com as mesmas a importância da participação para a recuperação do beneficiário, ou mesmo, adotando dinâmicas diferenciadas para motivá-las a participar das reuniões. Nesse sentido o assistente social pode desenvolver e implementar programas e projetos com atividades propositivas, criativas e atrativas

que permitam o despertar da consciência sobre a importância do apoio e participação nos trabalhos e de atividades esclarecedoras, como forma de possibilitar o empoderamento, razão essencial para a participação e mudança de uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 1981.

BORGIANNI, Elizabete. **Ética e direitos humanos na sociedade e no Serviço Social**. In: CRESS/7ª Região (Org.). Em foco: **O Serviço Social e o sistema sociojurídico**. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região; PPGSS/UERJ, n. 2, 2004.

BRASIL, Constituição. "**Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**." Texto da Resolução 109, (2008).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, and Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. "**Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**." (2006).

BRASIL, Constituição. "**Orientações técnicas—Centro de Referência da Assistência Social**." Brasília: MDS (2009).

BRUSCHINI, Cristina, and Maria Isabel Baltar da Rocha. "**Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação**." **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo, Editora 34 (2000): 13-58.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira (2005), "**Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social**", em *Serviço Social e Sociedade*, v. 26, n. 84, São Paulo: Cortez.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA, SOCIAL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

EUNICE, T. F.; MAGDA, J.R.M.; MARIA, R.T.J. **O Serviço social e a psicologia no judiciário**. 4.ed.Sao Paulo: Cortez Editora, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo Cortez 2007

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar**. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 71, p. 105-107, 2002.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 13. ed. - São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo; Lima, Peru: Cortez; CELATS, 1982.

SILVA. M. F. **I Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sociohistóricos**. Cuiabá, UFMT (2008).

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: **Teoria, Método e criatividade** Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2007.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. (2002).

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e serviço social: contribuições para o debate**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 55, p. 114-130, abr, 1997.

MIOTO, Regina Celia Tamasso et al. **Educação e família**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 1989.